

ACM faz alerta aos que querem travar processo

Ele cobra mais eficiência do governo e do Congresso em relação às reformas

BRASÍLIA — O presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), cobrou, ontem, maior eficiência do Executivo e do Legislativo em relação às reformas constitucionais. "A demagogia emperra as reformas", afirmou, referindo-se especialmente à reforma previdenciária. "Se é para, não fazer nada é melhor que não se vote porque se perde a credibilidade para um dia fazer uma reforma necessária e indispensável", acrescentou. "Erram os que querem travar as mudanças."

Um dos debatedores da teleconferência "Estado Democrático Moderno — Paternalismo e Intervencionismo", organizada pela Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra (Adesg), Antônio Carlos criticou a falta de empenho da equipe econômica para promover a reforma tributária. "O governo tem de ativar essa área para que tenhamos uma reforma tributária equilibrada."

Via Embratel, o presidente do Senado alertou que o governo não deve restringir sua ação, na área tributária, apenas ao Fundo de Estabilização Fiscal (FEF),

cujá prorrogação até o fim de 1999 foi aprovada quarta-feira na Câmara. Antônio Carlos cobrou a montagem de um orçamento que seja cumprido.

"Temos de cuidar de um orçamento de verdade", observou. "Hoje é de mentira, porque não é cumprido." Defendeu o fim da interferência do Legislativo para "deformar" o Orçamento, prejudicando as ações do governo, numa referência às emendas dos parlamentares para atender pedidos das bases eleitorais.

Crise — Ma teleconferência, da qual participou também o presidente Fernando Henrique Cardoso, o deputado José Genoíno (PT-SP) afirmou que o Estado democrático moderno vive uma crise de funcionalidade, não apenas no Brasil, mas em várias países. No caso brasileiro, segundo ele, o problema é grave na relação entre os três Poderes.

"Vou citar dois episódios: a lei eleitoral, o ponto central da legitimação do processo democrático, é sempre uma lei a cada eleição, e a relação do Executivo com o Legislativo, via medidas provisórias". Genoíno afirmou que o Estado moderno tem de agir como orientador, regulador, "em certos momentos como indutor e, em outros, como árbitro entre o público e o privado".

Além de Fernando Henrique, Antônio Carlos e Genoíno, participaram da teleconferência o empresário Jorge Gerdau Johanpeter e o deputado Roberto Campos (PPB-RJ). O moderador foi o ex-ministro da Aeronáutica Mauro Gandra.